

Exma. Senhora Deputada Ofélia Ramos, relatora da Petição Por uma rede pública de Lares,

Exmos. Senhores Deputados

Cerca de 10 mil reformados, subscreveram a petição que trazemos aqui hoje.

Os reformados, pensionistas e idosos merecem uma vida digna e não tem: 2 em cada 3 reformados vive abaixo do limiar da pobreza, é fácil de perceber que não é possível pagar um lar com um mínimo condições.

Mesmo os idosos que tem uma habitação em que poderão permanecer, sozinhos, nunca será possível, manterem-se e as entidades que prestam este serviço fazem-no por valores que uma reforma de 500 euros não dá.

O que queremos é que o Estado cumpra a sua obrigação para com quem trabalhou durante uma vida e descontou para a segurança social.

Uma rede pública de apoio aos que querem ficar na sua casa, e quando falamos de apoio não se trata apenas da entrega de um almoço, mas quem cuide da higiene da casa, do físico e da mente do idoso e uma rede pública de Lares para os que o desejem. Um Lar que tenha condições e pessoal especializado que possam tratar efetivamente do idoso e não o maltratem.

O que queremos com esta petição? que os partidos aqui representados, possam chegar a um acordo e apresentem uma proposta a ser aprovada por uma maioria de deputados que entendam que o texto da nossa petição é justa e possível.

## **2ª intervenção não realizada durante a audição por necessidade dos deputados saírem para o plenário**

O fundamental está dito mas não queremos deixar de responder às perguntas do senhor deputado do Chega e em parte da intervenção da Senhora representante do PSD, ao mesmo tempo relatora deste processo.

Os peticionários que assumiram esta petição não têm dúvida de que o que pretendem é um serviço público de qualidade que abranja o País na totalidade.

Para nós não é indiferente ser público ou privado. O público é um direito de todos os que trabalharam uma vida e pretendem ser respeitados e viver com dignidade.

Os que tem uma casa com condições de aí permanecerem, o direito é igual aos que pretendem um lar. Tem direito a um serviço público em que se sintam seres atuantes e tratados com trabalhadores especializados em que também eles tenham os seus direitos salvaguardados.